

De modo geral, as causas explicativas baseiam-se, com variada importância, principalmente em fatores institucionais, políticos, demográficos e econômicos. As primeiras explicações identificavam a abolição como um resultado de um processo político, caracterizado por estágios legais distintos, porém subordinados e inter-relacionados. Os donos de escravos ajustaram-se passivamente a esse processo, por motivos essencialmente morais, humanitários e patrióticos. Como ressaltou Calmon: "A abolição da escravatura foi um movimento aristocrático. Foi uma campanha romântica. Foi uma explosão de idealismo que revela, confirma, personaliza o Brasil no seu esquisito modo de ser" (Calmon, maio 1938, p. 127-46); "se a razão das causas, nas obscuras origens coloniais, instalou aqui a escravidão como uma forma insubstituível de trabalho foi a consciência da nacionalidade, o nobre e desinteressado espírito da minoria governante, que arrancou aos últimos escravos os ferros de sua ignomínia" (id. *ibid.*, p. 130).

Assim também Martin: "O problema interno mais difícil (escravidão) que o Brasil teve de enfrentar em toda sua história foi resolvido de modo a refletir, com o mais alto crédito, o bom senso, a automoderação e o caráter humanitário do povo brasileiro." (Martin, maio 1933, p. 196).

As interpretações mais recentes, conquanto não neguem a importância das causas políticas e institucionais, dão maior destaque às causas sociais e econômicas e, em menor grau, às demográficas. Como argumentou Genovese: "As primeiras interpretações seriam um enigma, a não ser que acreditemos que as classes dominantes possam virar suas costas aos seus interesses, tradições e ideologia somente porque foram convencidas por filantropos de que viviam imoralmente..." (Genovese, 1971, p. 85). Ou ainda Viotti da Costa: "Os historiadores estudaram a abolição como um fenômeno exclusivamente político, assinalado por etapas jurídicas. Basearam-se nos depoimentos dos contemporâneos e utilizaram-se principalmente da documentação parlamentar. Durante algum tempo passaram despercebidas as vinculações entre a desagregação do sistema escravista e as mudanças econômicas e sociais que se operavam no Brasil na segunda metade do século, como também não se acentuou devidamente a conexão entre o desenvolvimento do capitalismo industrial e o fim da escravidão como sistema de trabalho." (Costa, 1966, p. 188).

Quando a escravidão e a abolição na economia cafeeira durante este período são analisadas por essas últimas interpretações, podemos selecio-

nar, dentre as diversas causas apresentadas, dois argumentos essencialmente econômicos, que, embora sob inúmeras variantes, destacam-se pela frequência com que aparecem nas diversas obras apresentadas no debate e pelo consenso de aprovação de que parecem desfrutar:

a) a instituição da escravidão estava moribunda. Economicamente, a segunda metade do século XIX consistiu no começo da modernização e da experiência com o capitalismo, o que entrava em contradição com a escravidão, uma instituição pré-capitalista. A escravidão estava condenada por motivos técnicos, já que conduzia a um tipo de trabalho ineficiente, sem flexibilidade, e a uma aplicação de capital improdutivo e com maior risco que outras alternativas — enfim, constituía um investimento não-lucrativo.

Por essas razões a instituição entraria em colapso, sendo que as leis graduais da abolição só fizeram encurtar o inevitável período de declínio. Os eventos políticos que levaram a essas leis foram, de certa forma, determinados por esses fatores econômicos, e portanto sem muita importância como um fator independente;

b) os fazendeiros de café dividiam-se quanto às atitudes e interesses em relação à escravidão. De um lado, os fazendeiros do vale do Paraíba (na sua maior parte localizados no Rio de Janeiro), presos à rotina, paternalistas e limitados por valores tradicionais, com uma mentalidade pré-capitalista e possuidores de escravos por motivos de prestígio e *status*, ao invés de considerações quanto à sua rentabilidade. Em contraste, havia os fazendeiros de café do centro e oeste de São Paulo, cujas fazendas eram eficientes, gradualmente se organizando como empresas capitalistas. Eram estes empresários, com mentalidade capitalista mais dinâmica e aberta a novas idéias, tentando outras formas mais rentáveis de organização do trabalho — principalmente a imigração europeia — e cada vez mais descontentes com a escravidão como solução para seus problemas de escassez da mão-de-obra. A fronteira agrícola, devido ao desenvolvimento do transporte ferroviário nos anos de 1860 e 1870, movia-se rapidamente para o interior, deslocando assim o centro de gravidade da economia cafeeira para o centro e oeste de São Paulo. Em virtude disso, o poder econômico e político concentrava-se nessa região, onde um novo tipo de fazendeiro estava disposto a inovar e experimentar meios de substituir o trabalho escravo pelo livre. Portanto, mesmo sem as medidas políticas, essa mudança regional fatalmente decretaria o fim da instituição servil.